

## Projeto de Lei

Comissão aprova projeto que cria tarifa social de água e esgoto



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que cria a tarifa social de água e esgoto para famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa.

O colegiado acolheu o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), ao Projeto de Lei 9543/18, do Senado. Pelo texto, o desconto será de 40% na parcela de consumo mensal de até 10 metros cúbicos de água.

A proposta previa, na versão original, abatimentos escalonados por faixas de consumo mensal até 20 metros cúbicos. Segundo Rigoni, o desconto proposto é excessivo, "gerando incentivos para o uso ineficiente da água".

Assim, no limite de até 10 metros cúbicos mensais, o relator avaliou o consumo médio recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e o tamanho das famílias apurado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Abaixo: [http://www.sintese.com/noticia\\_integra\\_new.asp?id=479476](http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=479476)

Aprovada prioridade de matrícula para criança com deficiência no ensino público



Crianças e adolescentes com deficiência ou doenças raras poderão ter prioridade na matrícula em creches, pré-escolas e em instituições de ensino fundamental ou médio, públicas ou subsidiadas pelo Estado. É o que determina projeto da senadora Nilda Gondim (MDB-PB), aprovado por unanimidade, pelo Plenário do Senado. Foram 75 votos favoráveis e nenhum contrário. O Projeto de Lei (PL) 2.201/2021 segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

— Hoje é um dia especial, o Senado Federal dá um importante passo para tornar o Brasil um país mais igualitário e para entregar mais oportunidades de inclusão e de desenvolvimento para crianças e adolescentes com deficiência — disse Nilda Gondim em Plenário.

A senadora destacou a necessidade de crescente atualização das normas que regulamentam os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição.

Abaixo: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/17/aprovada-prioridade-de-matricula-no-ensino-publico-para-criancas-e-adolescentes-com-deficiencia?>

## Notícias

Mulheres vítimas de violência podem recorrer ao Projeto Fênix para reparação estética



O Tribunal de Justiça de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Turma do Bem, oferece às mulheres vítimas de violência doméstica serviços para reparação estética causada pelas violências através do Projeto Fênix - Alçando Voo.

Por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a vítima tem acesso a cirurgias estéticas e reparadoras, enquanto os serviços odontológicos são realizados pela Turma do Bem, através do projeto "Apolônias do Bem". O encaminhamento ao programa é feito por juizes, integrantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia, delegacias de polícia e pelas próprias vítimas e seus familiares, que podem solicitar a reparação das lesões decorrentes de agressões diretamente na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) pelo e-mail [comesp@tjsp.jus.br](mailto:comesp@tjsp.jus.br) ou telefones (11) 2171-4807 / 3104-5521.

Abaixo: [http://www.sintese.com/noticia\\_integra\\_new.asp?id=479724](http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=479724)

Senado mantém prova de vida suspensa no INSS



O Senado aprovou o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei que suspende até 31 de dezembro deste ano a exigência de comprovação de vida dos beneficiários do INSS. Assim, a "prova de vida" — feita para que o segurado prossiga recebendo os devidos benefícios — deve retornar apenas em 2022. Agora, o PL 385/2021 será encaminhado à sanção do presidente da República.

Abaixo: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-12/senado-mantem-prova-vida-inss-suspensa-durante-epidemia>